

**Copel Comercialização S.A.**

CNPJ/MF 19.125.927/0001-86

NIRE: 41300088284

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2017**

## SUMÁRIO

|   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| <b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>   | <b>3</b>                             |
| <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>  | <b>20</b>                            |
| Balancos Patrimoniais .....   | 20                                   |
| Demonstrações de Resultados .....   | 21                                   |
| Demonstrações de Resultados Abrangentes .....   | 21                                   |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....  | 22                                   |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....   | 23                                   |
| <b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>  | <b>24</b>                            |
| 1. Contexto Operacional.....  | 24                                   |
| 2. Base de Preparação.....  | 24                                   |
| 3. Principais Políticas Contábeis .....   | 25                                   |
| 4. Caixa e Equivalentes de Caixa .....  | 32                                   |
| 5. Títulos e Valores Mobiliários .....  | 32                                   |
| 6. Clientes .....   | 33                                   |
| 7. Tributos .....   | 33                                   |
| 8. Investimentos .....  | 35                                   |
| 9. Obrigações Sociais e Trabalhistas .....  | 37                                   |
| 10. Fornecedores.....   | 37                                   |
| 11. Benefícios Pós-emprego .....  | 37                                   |
| 12. Provisões para Litígios e Passivo Contingente .....   | 42                                   |
| 13. Patrimônio Líquido .....  | 43                                   |
| 14. Receita Operacional.....  | 44                                   |
| 15. Custos e despesas Operacionais .....  | 45                                   |
| 16. Resultado Financeiro .....  | 46                                   |
| 17. Instrumentos Financeiros .....  | 46                                   |
| 18. Transações com Partes Relacionadas .....  | 48                                   |
| 19. Compromissos .....  | 49                                   |
| 20. Seguros .....   | 49                                   |
| 21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que não envolvem caixa ..... | 49                                   |
| <b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>                            | <b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| <b>PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL.....</b>  | <b>53</b>                            |

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Copel Comercialização S.A. (Companhia ou Copel Energia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), referentes ao exercício de 2017.

No ano de 2017, a Copel Energia apresentou crescimento expressivo, consolidando sua presença no mercado livre de energia e ampliando sua participação em diversos estados brasileiros.

Em janeiro de 2017 a Copel Energia foi autorizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a atuar como comercializador varejista, modalidade em que um único agente de comercialização de energia elétrica representa um conjunto de consumidores sem a necessidade de que estes se tornem agentes da CCEE. Atualmente, apenas seis empresas estão autorizadas a atuar nessa modalidade no país. Trata-se de um mercado promissor, tendo em vista que a maior parcela de migração para o mercado livre de energia ocorre entre os consumidores especiais, empresas com demanda entre 500 KW e 3 mil KW, que são os potenciais clientes do mercado varejista.

Também no ano de 2017, a Copel Energia lançou o aplicativo *Copel Energia Mercado Livre* que permite a futuros clientes simularem descontos potenciais ao migrarem para o mercado livre, bem como acompanhar indicadores do mercado de energia, notícias do setor, avisos de leilões e informações sobre serviços prestados pela Copel Energia.

Com foco nas necessidades de nossos clientes, apresentamos produtos competitivos e prestamos serviços para que o cliente migre para o mercado livre obtendo vantagens econômicas, sem transtornos burocráticos e com o diferencial de continuar sendo atendido pela Copel.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

Antônio Justino Spinello

Diretor Presidente

## 1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Energia”), instituída em janeiro de 2016, estabeleceu-se no mercado sob a insígnia Copel Energia, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia.

Em janeiro de 2017, foi autorizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a atuar como comercializador varejista, modalidade em que um único agente de comercialização de energia elétrica representa consumidores e geradores sem a necessidade de que estes se tornem agentes da CCEE. O mercado varejista apresenta-se como um mercado promissor, tendo em vista que a maior parcela de migração para o mercado livre de energia ocorre entre os consumidores especiais, empresas com demanda entre 500 kW e 3.000 kW, que são os potenciais clientes do mercado varejista.

A empresa encerrou 2017 apresentando um crescimento expressivo, com mais de 300 megawatts-médios de energia vendida, e ampliando sua área de atuação, possuindo clientes em 15 estados brasileiros.

### • Referencial Estratégico

A Copel Energia segue o referencial estratégico da Controladora, descrito a seguir.

#### **Missão**

Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

#### **Visão**

Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

#### **Valores**

- **Ética:** resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** consideração com o próximo.
- **Dedicação:** capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** ambiente de trabalho saudável em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.

- **Inovação:** aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

### • Copel Energia em Números

| Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)     | 2017    | 2016     | variação % |
|--|---------|----------|------------|
| <b>Indicadores Contábeis</b>                           |         |          |            |
| Ativo total  | 208.369 | 283.579  | (26,5)     |
| Caixa e equivalentes de caixa                          | 97.068  | 190.668  | (49,1)     |
| Receita operacional bruta                              | 736.415 | 6.856    | 10.641,2   |
| Deduções da receita                                    | 71.920  | 618      | 11.537,5   |
| Receita operacional líquida                            | 664.495 | 6.238    | 10.552,4   |
| Custos e despesas operacionais                         | 654.445 | 19.089   | 3.328,4    |
| Equivalência patrimonial                               | (564)   | 37.491   | (101,5)    |
| Resultado das atividades                               | 10.050  | (12.851) | (178,2)    |
| Ebitda ou Lajida                                       | 9.495   | 24.641   | (61,5)     |
| Resultado financeiro                                   | 6.193   | (69)     | (9.075,4)  |
| Lucro operacional                                      | 15.679  | 24.571   | (36,2)     |
| Lucro líquido do exercício                             | 13.041  | 23.731   | (45,0)     |
| Patrimônio líquido                                     | 133.511 | 269.870  | (50,5)     |
| <b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>               |         |          |            |
| Liquidez corrente (índice)                             | 2,6     | 16,2     | (84,2)     |
| Liquidez geral (índice)                                | 2,7     | 14,7     | (81,3)     |
| Participação de capital de terceiros (%)               | 35,9    | 4,8      | 643,1      |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup> | 4,8     | 9,4      | (48,7)     |

<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)

## **2. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

O modelo de Governança Corporativa da Copel Energia segue o modelo de sua Controladora com base nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado e buscando os melhores resultados para as partes interessadas. As práticas de governança corporativa adotadas pela Copel cumprem as exigências estabelecidas para as empresas listadas no nível 1 de governança da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e têm como referência o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A Copel é orientada por valores definidos no seu referencial estratégico, Política de Governança Corporativa e Código de Conduta, aprovados pela alta administração, além de respeitar os Princípios do Pacto Global.

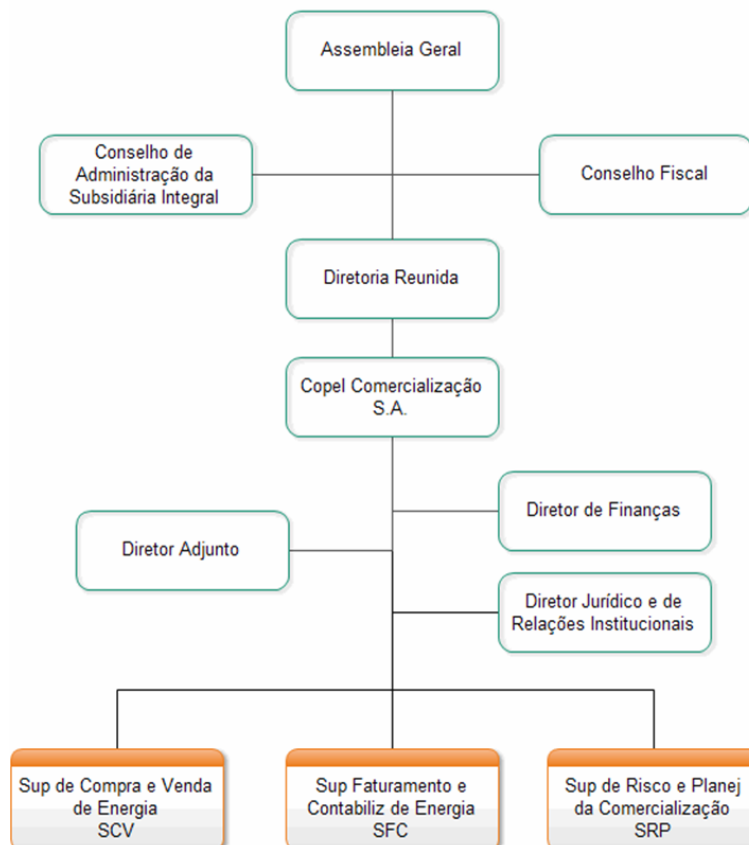
### **2.1. Gestão de Governança, Risco e Compliance**

A Diretoria de Governança, Risco e Compliance - DRC da Copel, criada no final de 2016, atuou junto às subsidiárias para aprimorar as práticas de governança, na busca dos melhores resultados para as partes interessadas.

Em parceria com a Universidade Copel - Unicopel, a DRC realizou treinamentos que prepararam a alta administração e os empregados para atuarem segundo à legislação vigente, às melhores práticas e às regras da própria Companhia.

## 2.2. Estrutura de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia em 31.12.2017:



### Assembleia de Acionista - AG

A Assembleia de Acionistas é o fórum no qual a acionista define as diretrizes do negócio e toma decisões estratégicas.

### Conselho de Administração - CAD

O Conselho de Administração delibera e define a orientação geral dos negócios, é responsável em encaminhar o Estatuto Social para ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas e aprovar o Regimento Interno da Diretoria, que estabelece as atribuições referentes aos tópicos econômicos, ambientais e sociais para executivos seniores e outros empregados da Companhia.

Os integrantes do CAD são selecionados e nomeados de acordo com as regras previstas na Política de Governança Corporativa da Copel e com a legislação vigente, sendo composto por três membros.

### **Conselho Fiscal - CF**

Órgão permanente que examina as demonstrações financeiras, opina sobre o relatório da administração, modificação do capital, orçamento de capital, distribuição de dividendos e fiscaliza os atos dos administradores. Possui três membros efetivos e três suplentes com mandato de um ano.

### **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva, composta por quatro membros, com mandato de dois anos, é responsável pelas funções executivas da Copel Energia, com atribuição privativa de representá-la. As atribuições, deveres e responsabilidades individuais dos diretores são estabelecidos no Estatuto Social da Companhia e a forma de atuação prevista em Regimento Interno.

A Diretoria realiza reuniões ordinárias mensalmente e extraordinariamente, por convocação do Diretor Presidente da Companhia, por decisão própria ou a pedido de outro diretor. A Companhia não vincula a remuneração dos executivos ao alcance de metas financeiras e não financeiras.

## **2.3. Práticas de Integridade**

A Copel Energia conta com diversas estruturas para estabelecer o diálogo transparente e o relacionamento ético com todos os seus públicos. Estes mecanismos formam as práticas de integridade da Controladora, a partir de alinhamento com o Pacto Global da ONU e o compromisso público com o combate à corrupção. A Companhia adota ferramentas internas para disseminar a conduta ética e identificar desvios, disponibilizando o Portal *Compliance*.

### **• Programa de Integridade**

O Programa de Integridade é uma plataforma de disseminação dos compromissos da Companhia com a transparência e o combate à corrupção. Em 2017, foi publicado o Programa de Integridade atualizado da Copel. A divulgação e disseminação do conteúdo é feita periodicamente por meio digital para toda Companhia, podendo o conteúdo ser acessado através de canais *online* internos e externos da Copel.

No período analisado, os empregados participaram de treinamentos para disseminação do Programa de Integridade. Os temas dos cursos foram: Aspectos Gerais da Lei e do Decreto Anticorrupção, Código de Conduta, Gestão de Riscos baseado na ISO 31000 e Gestão de Riscos - Metodologia e Ferramenta GRC.

A alta administração da Companhia recebeu treinamento presencial sobre Lei Anticorrupção, Lei das Estatais, Governança Corporativa, Estratégia Empresarial, Controle Interno e Gestão Estratégica de Riscos Empresariais.



### • **Código de Conduta**

O Código de Conduta da Companhia está alinhado aos valores, aos Princípios do Pacto Global da ONU e às diretrizes de Governança Corporativa da Controladora. Ele define ações que visam à integridade, à transparência, à segurança e à saúde. O documento aborda também a responsabilidade social e ambiental, o respeito e o relacionamento com os diversos segmentos em que atua.

A Companhia, além de atualizar todos os envolvidos através de mensagens eletrônicas, mantém o Código de Conduta disponível no Portal *Compliance*.

### • **Avaliação de Riscos de Corrupção**

Como parte de sua Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a Copel Energia busca assegurar um constante monitoramento de ameaça de corrupção e de fraudes no ambiente de controles internos.

Em razão desses critérios de segurança, todos os processos operacionais são submetidos anualmente a avaliação de riscos relacionados a erros ou fraudes que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras. Nesse aspecto, são estabelecidos controles submetidos a testes pela auditoria interna e pelo auditor independente, cujos resultados são reportados à alta administração.

### • **Canais de denúncia**

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Copel Energia disponibiliza canais de comunicação, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas.

### • **Auditoria Externa**

Em relação à auditoria externa, a Copel Energia segue diretrizes de Governança Corporativa da Controladora, que por sua vez segue dispositivos legais estabelecidos pela CVM.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 21.03.2016 e os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 30.06.2018, data que corresponderá ao seu termo final, podendo ser prorrogado formalmente em até 36 meses. Desde sua contratação, foram prestados somente serviços relacionados à auditoria externa independente. A Companhia tem como ponto fundamental não contratar outros serviços de consultoria com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que interfiram na independência e objetividade dos trabalhos de auditoria externa, assegurando, dessa forma, a inexistência de conflitos de interesse.

## **2.4. Gestão da Sustentabilidade**

A Companhia acredita que a sustentabilidade deve gerar valor e minimizar os impactos negativos potenciais de sua operação. Com esse posicionamento, atrelado à gestão dos recursos naturais, a Copel Energia procura harmonizar os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades. Para promover essa conduta e esse compromisso, a Controladora conta com uma área de sustentabilidade empresarial na Diretoria de Relações Institucionais, que coordena as ações corporativas e seu Relatório de Sustentabilidade é aprovado pelo Conselho de Administração.

Suas ações são orientadas pela sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, que tem como princípios: comprometimento, atitude proativa diante da lei, diálogo, comunicação e transparência, respeito à dinâmica socioambiental, responsabilidade individual e valorização da diversidade.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 3.1. EBITDA ou LAJIDA

| Em R\$ milhões                            | 2017         | 2016          |
|---|--------------|---------------|
| Lucro líquido                             | 13.041       | 23.731        |
| IRPJ e CSLL diferidos                     | (17.230)     | -             |
| IRPJ e CSLL                               | 19.868       | 840           |
| Despesas (receitas) financeiras, líquidas | (6.193)      | 69            |
| <b>Lajir/Ebit</b>                         | <b>9.486</b> | <b>24.640</b> |
| Depreciação e Amortização                 | 9            | 1             |
| <b>Lajida/Ebitda</b>                      | <b>9.495</b> | <b>24.641</b> |
| Receita Operacional Líquida - ROL         | 664.495      | 6.238         |
| <b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>   | <b>1,4%</b>  | <b>395,0%</b> |

A Copel Energia intensificou suas operações a partir de julho de 2017, o que justifica as variações, se comparadas a 2016, observado ainda o fato da redução de capital na Dominó Holdings, sua coligada.

#### 3.2. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 6,3 milhões devido ao aumento na receita de renda de aplicações.

## **4. RECURSOS HUMANOS**

### **4.1. Gestão de pessoas**

Os 38 empregados do quadro próprio da Copel Energia estão distribuídos em duas carreiras: profissional de nível médio (9 empregados) e nível superior (29 empregados).

- **Desenvolvimento de Pessoal**

Em 2017, a Copel Energia investiu cerca de R\$ 90 mil em treinamento e desenvolvimento de pessoal, resultando em 168 participações em cursos de curta duração, totalizando 1.620 horas de treinamento, com média de 37,64 horas de treinamento por empregado.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos pela Copel Energia aos seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, bem como, os valores obrigatórios previstos em Lei; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados; incentivo à qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham pessoa com deficiência como dependente; licença maternidade e licença paternidade estendidas; complementação de auxílio doença; mais outros benefícios proporcionados pelo convênio existente entre a Copel e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Companhia é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial; e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

### • Política salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel e suas subsidiárias ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010, sendo o montante do lucro distribuído de forma igualitária a cada empregado. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2017 (R\$ 1.764,78) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 937,00) era de 1,88 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

### • Relações trabalhistas

A Controladora se relaciona com 19 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro), esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas dos ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e com empregados. Além disso, as dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa.

### • Avaliação de desempenho

O Nossa Energia é o Programa de Gestão de Desempenho da Copel, composto por dois eixos: Competências Organizacionais e Resultados. Esse programa subsidia a aplicação de diferentes tratativas em relação à carreira e remuneração e ao desenvolvimento profissional, tais como promoções funcionais, meritocracia, adequação funcional, conferências, treinamentos, bolsas para pós-graduação e línguas estrangeiras, entre outros. Iniciado em 2013, o plano passou por melhorias pontuais e assertivas proporcionadas pela experiência dos ciclos anteriores e vivência dos gerentes e empregados nas práticas de Gestão de Desempenho na Copel. A intenção é que, a cada ciclo, ele traga aprendizados e aprimoramentos para proporcionar maior aderência à cultura e realidade da Companhia.

## 5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

### 5.1. Fornecedores

A Copel Energia tem como critérios principais para a seleção de fornecedores o atendimento à legislação trabalhista, fiscal e ambiental. Esses critérios estão definidos nos editais de licitação, cláusulas contratuais, manuais de cadastramento de fornecedores e normas e manuais técnicos permanentemente disponíveis aos interessados no endereço: [www.copel.com/hpcopel/fornecedores](http://www.copel.com/hpcopel/fornecedores).

Não há política ou prática que dê preferência para contratação de fornecedores locais, tendo em vista a necessidade de observação e cumprimento da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 15.608/2007 do Paraná.

### 5.2. Clientes

A Copel Energia segue os preceitos da Controladora, acreditando que a perenidade do seu modelo de negócio depende do diálogo permanente com os diversos públicos: acionistas, consumidores, empregados, fornecedores, governo e comunidades. O relacionamento com todos esses grupos, com qualidade e de maneira transparente, é avaliado pela Companhia como um diferencial competitivo.

### 5.3. Canais de Contato

A Copel Energia possui diversos canais de atendimento para o público em geral a fim de manter o foco nas necessidades dos clientes e melhorar seus processos para atendê-los com qualidade. Os principais canais de atendimento são:

- **Telefone:** (41) 3310-5800
- **E-mail:** [comercializacao@copel.com](mailto:comercializacao@copel.com)
- **Aplicativo mobile:** Copel Energia Mercado Livre, sistema gratuito e disponível na loja virtual Google Play, para usuários do sistema Android, e na loja virtual Apple Store, para usuários do sistema iOS.
- **Site:** [www.copelenergia.com.br](http://www.copelenergia.com.br)

### 5.4. Comunidade e Meio Ambiente

Os impactos socioeconômicos das atividades da Copel Energia se apresentam em diferentes magnitudes e de acordo com a característica de cada projeto e lugar. Por isso, a Companhia busca agir em consonância com a Política de Sustentabilidade e o Código de Conduta, que já incorporam os compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável do Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, nos princípios de Governança Corporativa.

- **Voluntariado Corporativo - EletriCidadania**

O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2017 foram realizadas 23 horas de voluntariado.

## 6. BALANÇO SOCIAL

| BALANÇO SOCIAL ANUAL  |   |               |             |                    |
|---|---|---------------|-------------|--------------------|
| Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  |   |               |             |                    |
| (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) |   |               |             |                    |
|   |   |               | 2017        | 2016               |
| <b>1 - BASE DE CÁLCULO</b>  |   |               |             |                    |
| NE 14   | Receita Líquida - RL                            | 664.495       |             | 6.238              |
| <b>2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>   |   |               |             |                    |
|   |   |               | % Sobre RL  | % Sobre RL         |
| NE 15.1   | Remuneração dos administradores                 | 1.548         | 0,2         | 1.369 21,9         |
|   | Remuneração dos empregados                      | 7.239         | 1,1         | 3.537 56,7         |
|   | Alimentação (Auxílio alimentação e outros)      | 616           | 0,1         | 275 4,4            |
|   | Encargos sociais compulsórios                   | 2.736         | 0,4         | 1.462 23,4         |
|   | Plano previdenciário                            | 898           | 0,1         | 459 7,4            |
|   | Saúde (Plano assistencial)                      | 517           | 0,1         | 399 6,4            |
|   | Capacitação e desenvolvimento profissional      | 34            | 0,0         | 169 2,7            |
| NE 15.1   | Participação nos lucros e/ou resultados         | 301           | 0,0         | 120 1,9            |
| NE 15.1   | Indenizações Trabalhistas                       | 578           | 0,1         | - -                |
| (1)   | Outros benefícios                               | 16            | 0,0         | 24 0,4             |
|   | <b>Total</b>                                    | <b>14.483</b> | <b>2,2</b>  | <b>7.814 125,3</b> |
| <b>3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>   |   |               |             |                    |
|   |   |               | % Sobre RL  | % Sobre RL         |
|   | Cultura   | -             | -           | - -                |
|   | Esporte   | -             | -           | - -                |
|   | Outros  | -             | -           | - -                |
|   | <b>Total das contribuições para a sociedade</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>    | <b>- -</b>         |
|   | Tributos (excluídos encargos sociais)           | 70.132        | 10,6        | 2.775 44,5         |
|   | <b>Total</b>                                    | <b>70.132</b> | <b>10,6</b> | <b>2.775 44,5</b>  |
| <b>4 - INDICADORES AMBIENTAIS</b>   |   |               |             |                    |
|   |   |               | % Sobre RL  | % Sobre RL         |
|   | <b>Metas ambientais</b>                         |               | <b>2017</b> | <b>Metas 2018</b>  |

NE - Nota Explicativa



| 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL  |           |              |               |                 |           |                              |
|---|-----------|--------------|---------------|-----------------|-----------|------------------------------|
| <b>Empregados no final do período</b>   | <b>38</b> |              |               |                 | <b>30</b> |                              |
| <b>Admissões durante o período</b>  | -         |              |               |                 | -         |                              |
| <b>Transferências de empregados entre empresas do grupo</b>                     | <b>9</b>  |              |               |                 | <b>20</b> |                              |
| <b>Escolaridade dos empregados(as):</b>   |           | <b>Total</b> | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> |           | <b>Total Homens Mulheres</b> |
| Total Superior e extensão universitária   |           | <b>36</b>    | 25            | 11              |           | <b>29 20 9</b>               |
| Total 2º Grau   |           | <b>2</b>     | 0             | 2               |           | <b>1 0 1</b>                 |
| Total 1º Grau   |           | -            | 0             | 0               |           | <b>- 0 0</b>                 |
| <b>Faixa etária dos empregados(as):</b>   |           |              |               |                 |           |                              |
| De 18 até 30 anos (exclusive)   |           | -            |               |                 |           | -                            |
| De 30 até 45 anos (exclusive)   |           | <b>20</b>    |               |                 |           | <b>16</b>                    |
| De 45 até 60 anos (exclusive)   |           | <b>18</b>    |               |                 |           | <b>14</b>                    |
| 60 anos ou mais   |           | -            |               |                 |           | -                            |
| <b>Mulheres que trabalham na empresa</b>  | <b>13</b> |              |               |                 | <b>10</b> |                              |
| <b>% Mulheres em cargos gerenciais:</b>   |           |              |               |                 |           |                              |
| em relação ao nº total de mulheres  |           | <b>23,1</b>  |               |                 |           | <b>20,0</b>                  |
| em relação ao nº total de gerentes  |           | <b>50,0</b>  |               |                 |           | <b>40,0</b>                  |
| <b>Negros(as) que trabalham na empresa</b>                                      | <b>3</b>  |              |               |                 | <b>2</b>  |                              |
| <b>% Negros(as) em cargos gerenciais:</b>                                       |           |              |               |                 |           |                              |
| em relação ao nº total de negros(as)  |           | -            |               |                 |           | -                            |
| em relação ao nº total de gerentes  |           | -            |               |                 |           | -                            |
| <b>Portadores(as) de necessidades especiais</b>                                 | <b>-</b>  |              |               |                 | <b>-</b>  |                              |
| <b>Dependentes</b>  | <b>57</b> |              |               |                 | <b>39</b> |                              |
| (3) <b>Terceirizados</b>  | <b>2</b>  |              |               |                 | <b>2</b>  |                              |
| (4) <b>Aprendiz (es)</b>  | <b>-</b>  |              |               |                 | <b>-</b>  |                              |
| (4) <b>Estagiários(as)</b>  | <b>1</b>  |              |               |                 | <b>-</b>  |                              |
| <b>Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício</b>          | <b>2</b>  |              |               |                 | <b>-</b>  |                              |
| <b>Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício</b>                     | <b>-</b>  |              |               |                 | <b>-</b>  |                              |
| 6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL         |           |              |               |                 |           |                              |
| <b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>                   |           |              | <b>9</b>      |                 |           | <b>9</b>                     |
| <b>Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)</b> |           |              | -             |                 |           | -                            |
| <b>Número total de reclamações e críticas de consumidores:</b>                  |           |              |               |                 |           |                              |
| na empresa  |           |              | -             |                 |           | -                            |
| de segundo nível  |           |              | -             |                 |           | -                            |
| na Justiça  |           |              | -             |                 |           | -                            |
| <b>% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:</b>                   |           |              |               |                 |           |                              |
| na empresa  |           |              | <b>0,0%</b>   |                 |           | <b>0,0%</b>                  |
| de segundo nível  |           |              | <b>0,0%</b>   |                 |           | <b>0,0%</b>                  |
| na Justiça  |           |              | <b>0,0%</b>   |                 |           | <b>0,0%</b>                  |

NE - Nota Explicativa

|  | 2017                           | Metas 2018                         |
|--|--------------------------------|------------------------------------|
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por  | <b>direção e gerências</b>     | <b>direção e gerências</b>         |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:                                     | <b>todos + Cipa</b>            | <b>todos + Cipa</b>                |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa: | <b>incentiva e segue a OIT</b> | <b>incentivará e seguirá a OIT</b> |
| A previdência privada contempla:   | <b>todos</b>                   | <b>todos</b>                       |
| A participação dos lucros ou resultados contempla:   | <b>todos</b>                   | <b>todos</b>                       |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:  | <b>são exigidos</b>            | <b>serão exigidos</b>              |
| Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:                                   | <b>organiza e incentiva</b>    | <b>organizará e incentivará</b>    |

| <b>7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA</b>    | 2017          | 2016          |
|--|---------------|---------------|
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>     | <b>97.834</b> | <b>34.296</b> |
| <b>Distribuição do Valor Adicionado (DVA):</b> |               |               |
| Terceiros                                      | <b>0,3%</b>   | <b>0,5%</b>   |
| Pessoal  | <b>12,6%</b>  | <b>18,9%</b>  |
| Governo  | <b>73,8%</b>  | <b>11,3%</b>  |
| Acionistas                                     | <b>13,3%</b>  | <b>69,2%</b>  |
| Retido   | <b>0,0%</b>   | <b>0,0%</b>   |

#### **8 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) A Copel Comercialização irá cumprir as metas dos programas corporativos da Holding.

(3) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados. Também não contempla os terceiros que atuam na expansão do sistema da Copel Telecom.

(4) Não compõem o quadro de empregados.

## COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente JONEL NAZARENO IURK  
Secretário Executivo ANTÔNIO JUSTINO SPINELLO  
Membro DEONILSON ROLDO

### CONSELHO FISCAL

Membros MAURO RICARDO MACHADO COSTA  
GILMAR MENDES LOURENÇO

### DIRETORIA

Diretor Presidente ANTÔNIO JUSTINO SPINELLO  
Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA  
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais CRISTIANO HOTZ  
Diretora Adjunta DINORAH BOTTO PORTUGAL

### CONTADOR

CRC-PR-045809/O-2 ADRIANO FEDALTO

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

| ATIVO  | NE nº | 31.12.2017     | 31.12.2016     |
|--|-------|----------------|----------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                                |       |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 4     | 97.068         | 190.668        |
| Títulos e valores mobiliários                    | 5     | 1.251          | 1.156          |
| Clientes   | 6     | 73.027         | 2.175          |
| Dividendos a receber                             | 18    | 2.008          | 5.123          |
| Outros créditos                                  |       | 297            | 256            |
| Imposto de renda e contribuição social           | 7.1   | 1.773          | 2.180          |
| Outros tributos a recuperar                      | 7.3   | 11.998         | 283            |
| Partes relacionadas                              | 18    | 544            | -              |
|  |       | <b>187.966</b> | <b>201.841</b> |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                            |       |                |                |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>                  |       |                |                |
| Depósitos judiciais                              |       | 129            | 68             |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.2   | 17.574         | -              |
|  |       | <b>17.703</b>  | <b>68</b>      |
| <b>Investimentos</b>                             | 8     | <b>2.457</b>   | <b>81.526</b>  |
| <b>Imobilizado</b>                               |       | <b>57</b>      | <b>59</b>      |
| <b>Intangível</b>                                |       | <b>186</b>     | <b>85</b>      |
|  |       | <b>20.403</b>  | <b>81.738</b>  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                            |       | <b>208.369</b> | <b>283.579</b> |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

| PASSIVO                                     | NE nº | 31.12.2017     | 31.12.2016     |
|---|-------|----------------|----------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                           |       |                |                |
| Obrigações sociais e trabalhistas           | 9     | 2.410          | 1.535          |
| Partes relacionadas                         | 18    | 1.101          | 541            |
| Fornecedores                                | 10    | 65.664         | 3.120          |
| Imposto de renda e contribuição social      | 7.1   | 22             | -              |
| Outras obrigações fiscais                   | 7.3   | 23             | 470            |
| Dividendos a pagar                          | 18    | 3.717          | 6.763          |
| Benefícios pós-emprego                      | 11    | 6              | 7              |
| Outras contas a pagar                       |       | 164            | 2              |
|   |       | <b>73.107</b>  | <b>12.438</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                       |       |                |                |
| Outras obrigações fiscais                   | 7.3   | 131            | 71             |
| Benefícios pós-emprego                      | 11    | 1.464          | 1.200          |
| Provisões para litígios                     | 12    | 156            | -              |
|   |       | <b>1.751</b>   | <b>1.271</b>   |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                   |       |                |                |
| Capital social                              | 13.1  | 66.289         | 234.289        |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 13.1  | 24.070         | 2.000          |
| Ajustes de avaliação patrimonial            | 13.2  | (668)          | (915)          |
| Reserva legal                               |       | 2.508          | 1.856          |
| Reserva de retenção de lucros               |       | 41.312         | 32.640         |
|   |       | <b>133.511</b> | <b>269.870</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                     |       | <b>208.369</b> | <b>283.579</b> |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

|   | NE nº | 31.12.2017       | 31.12.2016      |
|---|-------|------------------|-----------------|
| <b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>                        | 14    | <b>664.495</b>   | <b>6.238</b>    |
| <b>Custos Operacionais</b>                                | 15    | <b>(662.690)</b> | <b>(12.763)</b> |
| <b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO</b>                 |       | <b>1.805</b>     | <b>(6.525)</b>  |
| <b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>            |       |                  |                 |
| Despesas gerais e administrativas                         | 15    | (8.438)          | (6.326)         |
| Outras receitas operacionais, líquidas                    | 15    | 16.683           | -               |
| Resultado da equivalência patrimonial                     | 8.1   | (564)            | 37.491          |
|   |       | <b>7.681</b>     | <b>31.165</b>   |
| <b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b> |       | <b>9.486</b>     | <b>24.640</b>   |
| <b>Resultado Financeiro</b>                               | 16    |                  |                 |
| Receitas financeiras                                      |       | 6.515            | 1.183           |
| Despesas financeiras                                      |       | (322)            | (1.252)         |
|   |       | <b>6.193</b>     | <b>(69)</b>     |
| <b>LUCRO OPERACIONAL</b>                                  |       | <b>15.679</b>    | <b>24.571</b>   |
| <b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>             | 7.4   |                  |                 |
| Imposto de renda e contribuição social                    |       | (19.868)         | (840)           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |       | 17.230           | -               |
|   |       | <b>(2.638)</b>   | <b>(840)</b>    |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                         |       | <b>13.041</b>    | <b>23.731</b>   |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

|  | NE nº | 31.12.2017    | 31.12.2016     |
|--|-------|---------------|----------------|
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                                  |       | <b>13.041</b> | <b>23.731</b>  |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>                               |       |               |                |
| <b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>        | 13.2  |               |                |
| Perdas com passivos atuariais                                      |       |               |                |
| benefícios pós-emprego   |       | (97)          | (701)          |
| benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial                  |       | -             | (375)          |
| Tributos sobre outros resultados abrangentes                       |       | 344           | -              |
| <b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado</b>      | 13.2  |               |                |
| Ganhos com ativos financeiros disponíveis para venda               |       | 14.476        | -              |
| Tributos sobre outros resultados abrangentes                       |       | (4.922)       | -              |
| Realização de ganhos com ativos financeiros, líquida de tributos   |       | (9.554)       | -              |
| <b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b> |       | <b>247</b>    | <b>(1.076)</b> |
| <b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>                           |       | <b>13.288</b> | <b>22.655</b>  |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
em milhares de reais

|  | NE nº | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Ajustes de avaliação patrimonial | Reservas de lucros |                               |                              |                   | Total          |
|--|-------|----------------|---|----------------------------------|--------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|----------------|
|  |       |                |   |                                  | Reserva legal      | Reserva de retenção de lucros | Dividendo adicional proposto | Lucros acumulados |                |
| <b>Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>                            |       | <b>232.789</b> | <b>1.500</b>                                | <b>8.905</b>                     | <b>669</b>         | <b>8.115</b>                  | <b>96</b>                    | -                 | <b>252.074</b> |
| Lucro líquido do exercício                                       |       | -              | -   | -                                | -                  | -                             | -                            | 23.731            | 23.731         |
| Outros resultados abrangentes                                    |       |                |   |                                  |                    |                               |                              |                   |                |
| Perdas atuariais, líquidas de tributos                           | 13.2  | -              | -   | (1.076)                          | -                  | -                             | -                            | -                 | (1.076)        |
| <b>Resultado abrangente total do exercício</b>                   |       | -              | -   | <b>(1.076)</b>                   | -                  | -                             | -                            | <b>23.731</b>     | <b>22.655</b>  |
| Realização de ganhos atuariais                                   | 13.2  | -              | -   | (8.744)                          | -                  | 8.744                         | -                            | -                 | -              |
| Deliberação do dividendo adicional proposto                      |       | -              | -   | -                                | -                  | -                             | (96)                         | -                 | (96)           |
| Recebimento de adiantamento                                      |       | -              | 2.000                                       | -                                | -                  | -                             | -                            | -                 | 2.000          |
| Aumento de capital   |       | 1.500          | (1.500)                                     | -                                | -                  | -                             | -                            | -                 | -              |
| Destinação proposta à A.G.O.:                                    |       |                |   |                                  |                    |                               |                              |                   |                |
| Reserva legal  | 13.3  | -              | -   | -                                | 1.187              | -                             | -                            | (1.187)           | -              |
| Dividendos   | 13.4  | -              | -   | -                                | -                  | -                             | -                            | (6.763)           | (6.763)        |
| Reserva de retenção de lucros                                    | 13.3  | -              | -   | -                                | -                  | 15.781                        | -                            | (15.781)          | -              |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>                           |       | <b>234.289</b> | <b>2.000</b>                                | <b>(915)</b>                     | <b>1.856</b>       | <b>32.640</b>                 | -                            | -                 | <b>269.870</b> |
| Lucro líquido do exercício                                       |       | -              | -   | -                                | -                  | -                             | -                            | 13.041            | 13.041         |
| Outros resultados abrangentes                                    |       |                |   |                                  |                    |                               |                              |                   |                |
| Ganhos com ativos financeiros, líquidos de tributos              | 13.2  | -              | -   | 9.554                            | -                  | -                             | -                            | -                 | 9.554          |
| Ganhos atuariais, líquidos de tributos                           | 13.2  | -              | -   | 247                              | -                  | -                             | -                            | -                 | 247            |
| Realização de ganhos com ativos financeiros, líquida de tributos | 13.2  | -              | -   | (9.554)                          | -                  | -                             | -                            | -                 | (9.554)        |
| <b>Resultado abrangente total do exercício</b>                   |       | -              | -   | <b>247</b>                       | -                  | -                             | -                            | <b>13.041</b>     | <b>13.288</b>  |
| Recebimento de adiantamento                                      | 13.1  | -              | 24.070                                      | -                                | -                  | -                             | -                            | -                 | 24.070         |
| Redução de capital   | 13.1  | (170.000)      | -   | -                                | -                  | -                             | -                            | -                 | (170.000)      |
| Aumento de capital   |       | 2.000          | (2.000)                                     | -                                | -                  | -                             | -                            | -                 | -              |
| Destinação proposta à A.G.O.:                                    |       |                |   |                                  |                    |                               |                              |                   |                |
| Reserva legal  | 13.3  | -              | -   | -                                | 652                | -                             | -                            | (652)             | -              |
| Dividendos   | 13.4  | -              | -   | -                                | -                  | -                             | -                            | (3.717)           | (3.717)        |
| Reserva de retenção de lucros                                    | 13.3  | -              | -   | -                                | -                  | 8.672                         | -                            | (8.672)           | -              |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>                           |       | <b>66.289</b>  | <b>24.070</b>                               | <b>(668)</b>                     | <b>2.508</b>       | <b>41.312</b>                 | -                            | -                 | <b>133.511</b> |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
 em milhares de reais

|   | NE nº | 31.12.2017       | 31.12.2016      |
|---|-------|------------------|-----------------|
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |       |                  |                 |
| Lucro líquido do exercício  |       | 13.041           | 23.731          |
| <b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais</b> |       |                  |                 |
| Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas   |       | 808              | -               |
| Imposto de renda e contribuição social  | 7.4   | 19.868           | 840             |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos  | 7.4   | (17.230)         | -               |
| Resultado da equivalência patrimonial   | 8.1   | 564              | (37.491)        |
| Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego  | 11.4  | 171              | 245             |
| Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais   | 11.4  | 789              | 168             |
| Resultado da alienação de investimento  | 15    | (14.476)         | -               |
| Depreciação   | 15    | 9                | 1               |
| Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas   | 15    | 156              | -               |
| Resultado das baixas de intangível  |       | -                | 42              |
|   |       | <b>3.700</b>     | <b>(12.464)</b> |
| <b>Redução (aumento) dos ativos</b>   |       |                  |                 |
| Clientes  |       | (70.852)         | (2.175)         |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos  |       | 8.259            | 127.203         |
| Depósitos judiciais   |       | (61)             | (29)            |
| Outros créditos   |       | (41)             | (233)           |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar  |       | 407              | (889)           |
| Outros tributos a recuperar   |       | (11.715)         | (283)           |
| Partes relacionadas   |       | (544)            | -               |
|   |       | <b>(74.547)</b>  | <b>123.594</b>  |
| <b>Aumento (redução) dos passivos</b>   |       |                  |                 |
| Obrigações sociais e trabalhistas   |       | 875              | 998             |
| Partes relacionadas   |       | 560              | 406             |
| Fornecedores  |       | 62.544           | 2.966           |
| Outras obrigações fiscais   |       | (387)            | (29)            |
| Benefícios pós-emprego  | 11.4  | (794)            | (167)           |
| Outras contas a pagar   |       | 162              | 1               |
|   |       | <b>62.960</b>    | <b>4.175</b>    |
| <b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |       | <b>(7.887)</b>   | <b>115.305</b>  |
| Imposto de renda e contribuição social pagos  |       | (19.846)         | (840)           |
| <b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |       | <b>(27.733)</b>  | <b>114.465</b>  |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>  |       |                  |                 |
| Aplicações financeiras  |       | (102)            | (1.156)         |
| Redução de capital em investidas  | 8.1   | -                | 74.983          |
| Alienação de investimento   | 8.3   | 87.036           | -               |
| Aquisições de imobilizado   |       | (7)              | (60)            |
| Aquisições de intangível  |       | (101)            | -               |
| <b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>  |       | <b>86.826</b>    | <b>73.767</b>   |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>   |       |                  |                 |
| Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital  |       | 24.070           | 2.000           |
| Redução de capital social   |       | (170.000)        | -               |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos  |       | (6.763)          | (3.911)         |
| <b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>  |       | <b>(152.693)</b> | <b>(1.911)</b>  |
| <b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>   |       | <b>(93.600)</b>  | <b>186.321</b>  |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa  | 4     | 190.668          | 4.347           |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa  | 4     | 97.068           | 190.668         |
| <b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>  |       | <b>(93.600)</b>  | <b>186.321</b>  |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**  
**em milhares de reais**

## **1. Contexto Operacional**

A Copel Comercialização S.A., (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11.04.2018.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



#### 2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas NEs nºs 3.1 - Investimentos em coligada e 3.2 - Instrumentos Financeiros.

#### 2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 17 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor de recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivo contingente;
- NE nº 3.5 - Receita não faturada; e
- NE nº 11 - Benefícios Pós-emprego.

### **3. Principais Políticas Contábeis**

#### **3.1 Investimentos em coligada**

As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Os investimento em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando a participação nos prejuízos de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas

### **3.2 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

#### **Ativos financeiros**

##### 3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e de gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

##### 3.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

#### **Passivos financeiros**

##### 3.2.3 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

##### 3.2.4 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

### **3.4 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

### **3.5 Reconhecimento da receita**

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos relativamente à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados e a estimativa na liquidação da energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia.

### **3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração das controladas.

### **3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2017. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir.

### 3.7.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requisitos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requisitos já estabelecidos pela norma contábil internacional IAS 39/CPC 38 define que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada na IAS 39/CPC 38. O novo modelo requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o CPC48/IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no tocante aos tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente à ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. A avaliação retroativa da efetividade do *hedge* também não é mais necessária e exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade foram introduzidas.

Com base na análise dos seus ativos e passivos financeiros de 31.12.2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, a Companhia avaliou o impacto do CPC 48/IFRS 9 sobre as demonstrações financeiras, conforme a seguir:

### Classificação e mensuração

A Companhia avaliou a classificação e a mensuração dos ativos financeiros e, de acordo com o modelo de gerenciamento desses ativos identificou, preliminarmente, alteração de classificação nos instrumentos relacionados abaixo. A Administração da Companhia acredita que a alteração na classificação não impactará de forma relevante a mensuração dos itens, não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

| Instrumento financeiro        | Classificação atual (CPC 38) | Classificação CPC 48              |
|-------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| Títulos e valores mobiliários | Disponíveis para venda       | Valor justo por meio do resultado |
| Clientes                      | Empréstimos e recebíveis     | Custo amortizado                  |

### Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Administração da Companhia realize avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, a Companhia entende que não haverá impactos significativos em provisão para perdas em créditos de clientes.

A Sociedade não designou ou pretende designar passivos financeiros como Valor justo por meio do resultado, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros, de acordo com os requerimentos do CPC 48.

**Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48/IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, porém a Companhia aproveitará a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não haverá impacto em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma no tocante às alterações sobre este tópico.

#### 3.7.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15 tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das suas operações.

A Companhia reconhece receitas provenientes das seguintes fontes principais:

#### **Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica**

A Companhia reconhece a receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica, pelo valor justo da contraprestação, mediante a entrega da energia elétrica ao cliente. A receita faturada consiste na entrega da fatura, evidenciando a quantidade consumida pelo cliente, em determinado período, multiplicada pelo preço de venda, que é o mesmo preço da transação. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada do período entre o último faturamento e o final do mês, por estimativa, com base na última medição efetuada.

De acordo com o CPC 47/IFRS15, a Companhia deve reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia poderá deixar de reconhecer a receita no faturamento e reconhece-la no momento do recebimento. A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações financeiras, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

#### **Outras Receitas**

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 em outras receitas e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações financeiras, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

### 3.7.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

### 3.7.4 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, Interpretação 22 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

Essa interpretação será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos em suas demonstrações financeiras.

### 3.7.5 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações à IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

### 3.7.6 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações à IFRS 1 - adoção Inicial das IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes das IFRS;
- ii) alterações à IFRS 12 - divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com a IFRS 5; e

iii) alterações à IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo, de acordo com a IAS 28, por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

|   | 31.12.2017    | 31.12.2016     |
|---|---------------|----------------|
| Caixa e bancos conta movimento              | 1.596         | 1.557          |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 95.472        | 189.111        |
|   | <b>97.068</b> | <b>190.668</b> |

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, as quais se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 73% e 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários

| Categoria                             | Indexador  | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|
| <b>Títulos disponíveis para venda</b> |            |            |            |
| Operação Compromissada                | 95% do CDI | 1.251      | 1.156      |

Certificado de Depósito Interbancário - CDI



## 6. Clientes

|   | 31.12.2017    | 31.12.2016   |
|---|---------------|--------------|
| <b>Consumidores</b>   |               |              |
| Consumidores livres - industrial  | 14.433        | 773          |
| Consumidores livres - comercial   | 3.630         | 1.370        |
|   | <b>18.063</b> | <b>2.143</b> |
| <b>Concessionárias e permissionárias<br/>Suprimento de energia elétrica</b> |               |              |
| Contratos bilaterais  | 47.585        | -            |
| CCEE  | 7.379         | 32           |
|   | <b>54.964</b> | <b>32</b>    |
|   | <b>73.027</b> | <b>2.175</b> |

Os valores a receber de clientes estão dentro dos prazos contratuais, vincendos e o prazo médio de recebimento é de 10 dias.

## 7. Tributos

### 7.1 Imposto de renda e contribuição social

|                                     | 31.12.2017   | 31.12.2016   |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Ativo circulante</b>             |              |              |
| IR e CSLL a compensar               | 21.619       | 3.020        |
| IR e CSLL a compensar com o passivo | (19.846)     | (840)        |
|                                     | <b>1.773</b> | <b>2.180</b> |
| <b>Passivo circulante</b>           |              |              |
| IR e CSLL a recolher                | 19.868       | 840          |
| IR e CSLL a compensar com o ativo   | (19.846)     | (840)        |
|                                     | <b>22</b>    | <b>-</b>     |

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

### 7.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

#### 7.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

|  | Saldo em<br>1º.01.2017 | Reconhecido<br>no resultado | Reconhecido<br>no resultado<br>abrangente | Saldo em<br>31.12.2017 |
|--|------------------------|-----------------------------|---|------------------------|
| Provisão para compra de energia        | -                      | 16.975                      | -   | 16.975                 |
| Benefícios a empregados                | -                      | -                           | 344                                       | 344                    |
| Provisão para participação nos lucros  | -                      | 106                         | -   | 106                    |
| Planos previdenciário e assistencial   | -                      | 57                          | -   | 57                     |
| Provisões para litígios                | -                      | 53                          | -   | 53                     |
| INSS - liminar sobre depósito judicial | -                      | 18                          | -   | 18                     |
| Outros                                 | -                      | 21                          | -   | 21                     |
| <b>Líquido</b>                         | -                      | <b>17.230</b>               | <b>344</b>                                | <b>17.574</b>          |

#### 7.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos:

|             |               |
|-------------|---------------|
| 2018        | 17.108        |
| 2019        | 6             |
| 2020        | 6             |
| 2021        | 6             |
| 2022        | 6             |
| 2023 a 2025 | 17            |
| 2026 a 2028 | 425           |
|             | <b>17.574</b> |

### 7.3 Outros tributos

|   | 31.12.2017    | 31.12.2016 |
|---|---------------|------------|
| <b>Ativo circulante</b>                               |               |            |
| ICMS a recuperar                                      | 113           | -          |
| PIS/Pasep e Cofins a compensar                        | 11.885        | 283        |
|   | <b>11.998</b> | <b>283</b> |
| <b>Passivo circulante</b>                             |               |            |
| PIS/Pasep e Cofins a recolher                         | -             | 466        |
| Outros tributos                                       | 23            | 4          |
|   | <b>23</b>     | <b>470</b> |
| <b>Passivo não circulante</b>                         |               |            |
| INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a) | 131           | 71         |
|   | <b>131</b>    | <b>71</b>  |

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

### 7.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

|  | 31.12.2017      | 31.12.2016     |
|--|-----------------|----------------|
| <b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>  | <b>15.679</b>   | <b>24.571</b>  |
| <b>IRPJ e CSLL (34%)</b>   | <b>(5.331)</b>  | <b>(8.354)</b> |
| <b>Efeitos fiscais sobre:</b>  |                 |                |
| Equivalência patrimonial   | (192)           | 8.157          |
| Despesas indedutíveis  | (7)             | -              |
| Incentivos fiscais   | 88              | -              |
| Realização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores | 1.785           | -              |
| Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos                       | -               | (377)          |
| Outros   | 1.019           | (266)          |
| <b>IRPJ e CSLL correntes</b>   | <b>(19.868)</b> | <b>(840)</b>   |
| <b>IRPJ e CSLL diferidos</b>   | <b>17.230</b>   | <b>-</b>       |
| Alíquota efetiva - %   | 16,8%           | 3,4%           |

## 8. Investimentos

A Companhia participa com 49% do capital social da Dominó Holdings Ltda., empresa esta com sede na cidade de Curitiba/PR e com a atividade principal de participação em sociedades de saneamento básico.

Em novembro de 2017, ocorreu a transformação da Dominó Holdings de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada.

Após alterações no Contrato Social realizadas em 2017, as deliberações das sócias passaram a ser tomadas por maioria, o que alterou esse investimento de empreendimento controlado em conjunto para coligada, uma vez que a Companhia detinha o controle em conjunto e passou a ter influência significativa.

## 8.1 Mutação do investimento

|  |                |
|--|----------------|
| <b>Em 1<sup>o</sup>.01.2016</b>          | <b>242.652</b> |
| Equivalência patrimonial                 | 37.491         |
| Ajustes de avalia o patrimonial          | (375)          |
| Redu o de capital                        | (74.983)       |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | (123.259)      |
| <b>Em 31.12.2016</b>                     | <b>81.526</b>  |
| Equivalência patrimonial                 | (564)          |
| Redu o de capital (8.3)                  | (73.361)       |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | (5.144)        |
| <b>Em 31.12.2017</b>                     | <b>2.457</b>   |

## 8.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado do investimento

| <b>Dominó Holdings</b>                       | <b>31.12.2017</b> | <b>31.12.2016</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>ATIVO</b>                                 | <b>5.024</b>      | <b>180.049</b>    |
| Ativo circulante                             | 4.811             | 24.725            |
| Ativo não circulante                         | 213               | 155.324           |
| <b>PASSIVO</b>                               | <b>5.024</b>      | <b>180.049</b>    |
| Passivo circulante                           | 11                | 13.669            |
| Patrimônio líquido                           | 5.013             | 166.380           |
| <b>DEMONSTRA O DO RESULTADO</b>              |                   |                   |
| Custos e despesas operacionais               | (757)             | (969)             |
| Resultado financeiro                         | (395)             | (24.062)          |
| Equivalência patrimonial                     | -                 | 101.543           |
| <b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b> | <b>(1.152)</b>    | <b>76.512</b>     |
| Outros resultados abrangentes                | -                 | (9.669)           |
| <b>Resultado abrangente total</b>            | <b>(1.152)</b>    | <b>66.843</b>     |
| Participa o na coligada - %                  | 49,00             | 49,00             |
| Valor contábil do investimento               | 2.457             | 81.526            |

Em 31.12.2017, a Dominó Holdings apresenta passivo sem provisão reconhecida, por não ser provável saída de recursos, cuja participa o da Companhia equivale a R\$ 886.

## 8.3 Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 13.03.2017, os acionistas deliberaram autorizar a redu o do capital social da Dominó Holdings, sem o cancelamento de a es, mediante a entrega de todas as a es ordinárias de emissão da Sanepar, de propriedade da Dominó Holdings, na propor o de suas participa es. Conseqentemente, a Companhia passou a ser detentora direta de 7.956.306 a es ordinárias da Sanepar, avaliadas em R\$ 73.361, correspondentes ao seu valor justo determinado pelo modelo de fluxo de caixa descontado.

Em 17.11.2017, a Companhia solicitou a conversão de 6.365.044 ações ordinárias da Sanepar em ações preferenciais e a adesão ao Programa *Units* da Sanepar. O Certificado de Depósito de Ações - *Units* de propriedade da Companhia é composto por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Sanepar. Com a conversão, houve a formação de 1.591.261 *Units* que foram alienadas em 18.12.2017, pelo preço estabelecido de R\$ 55,20 por *Unit*, com consequente ingresso de recursos no caixa, na ordem de R\$ 87.036. O resultado decorrente da operação totalizou ganho de R\$ 14.476 (NE nº15).

## 9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

|   | 31.12.2017   | 31.12.2016   |
|---|--------------|--------------|
| <b>Obrigações sociais</b>                   |              |              |
| Impostos e contribuições sociais            | 426          | 427          |
| Encargos sociais sobre férias e 13º salário | 235          | 220          |
|   | <b>661</b>   | <b>647</b>   |
| <b>Obrigações trabalhistas</b>              |              |              |
| Férias                                      | 841          | 768          |
| Participação nos lucros e/ou resultados     | 301          | 120          |
| Desligamentos voluntários                   | 467          | -            |
| Outros                                      | 140          | -            |
|   | <b>1.749</b> | <b>888</b>   |
|   | <b>2.410</b> | <b>1.535</b> |

## 10. Fornecedores

|                      | 31.12.2017    | 31.12.2016   |
|----------------------|---------------|--------------|
| Energia elétrica     | 55.764        | 3.057        |
| Materiais e serviços | 9.900         | 63           |
|                      | <b>65.664</b> | <b>3.120</b> |

## 11. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que se somam até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra esses planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### 11.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

### 11.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

### 11.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

|                        | 31.12.2017            | 31.12.2016   |
|------------------------|-----------------------|--------------|
| Planos previdenciários | 1                     | 3            |
| Plano assistencial     | 1.469                 | 1.204        |
|                        | <b>1.470</b>          | <b>1.207</b> |
|                        | <b>Circulante</b>     | <b>6</b>     |
|                        | <b>Não circulante</b> | <b>1.464</b> |

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

|  | 31.12.2017   | 31.12.2016 |
|--|--------------|------------|
| <b>Empregados</b>                        |              |            |
| Planos previdenciários                   | 737          | 322        |
| Plano assistencial - pós-emprego         | 171          | 245        |
| Plano assistencial - funcionários ativos | 334          | 140        |
|  | <b>1.242</b> | <b>707</b> |
| <b>Administradores</b>                   |              |            |
| Planos previdenciários                   | 161          | 137        |
| Plano assistencial                       | 12           | 14         |
|  | <b>173</b>   | <b>151</b> |
|  | <b>1.415</b> | <b>858</b> |

#### 11.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

|   |              |
|---|--------------|
| <b>Em 1º.01.2016</b>  | <b>260</b>   |
| Apropriação do cálculo atuarial                               | 245          |
| Contribuições previdenciárias e assistenciais                 | 168          |
| Ajuste referente a perdas atuariais                           | 701          |
| Amortizações  | (167)        |
| <b>Em 31.12.2016</b>  | <b>1.207</b> |
| Apropriação do cálculo atuarial                               | 171          |
| Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais | 789          |
| Ajuste referente a perdas atuariais                           | 97           |
| Amortizações  | (794)        |
| <b>Em 31.12.2017</b>  | <b>1.470</b> |

#### 11.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

##### 11.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2017 e 2016, estão demonstradas a seguir:

|  | 2017  |            | 2016  |            |
|--|-------|------------|-------|------------|
|  | Real  | Nominal    | Real  | Nominal    |
| <b>Econômicas</b>                              |       |            |       |            |
| Inflação a.a.                                  | -     | 4,50%      | -     | 5,15%      |
| <b>Taxa de desconto/retorno esperados a.a.</b> |       |            |       |            |
| Plano Unificado                                | 5,20% | 9,94%      | 5,89% | 11,34%     |
| Plano III                                      | 5,26% | 10,00%     | 5,87% | 11,33%     |
| Plano Assistencial                             | 5,20% | 9,93%      | 5,88% | 11,33%     |
| Crescimento salarial Plano Unificado a.a.      | 2,00% | 6,59%      | 2,00% | 7,25%      |
| Crescimento salarial Plano III a.a.            | 1,50% | 6,07%      | 2,00% | 7,25%      |
| <b>Demográficas</b>                            |       |            |       |            |
| Tábua de mortalidade                           |       | AT - 2000  |       | AT - 2000  |
| Tábua de mortalidade de inválidos              |       | WINKLEVOSS |       | WINKLEVOSS |
| Tábua de entrada em invalidez                  |       | TASA 1927  |       | A. VINDAS  |

### 11.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

|                            | Plano Unificado | Plano III |
|----------------------------|-----------------|-----------|
| <b>Em 31.12.2017</b>       |                 |           |
| Participantes aposentados  | 14,92           | 23,01     |
| Participantes pensionistas | 16,37           | 27,99     |
| <b>Em 31.12.2016</b>       |                 |           |
| Participantes aposentados  | 15,62           | 23,75     |
| Participantes pensionistas | 16,59           | 28,89     |

### 11.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2017 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 359 e de R\$ 183, enquanto que, em 31.12.2016, a posição era, respectivamente, de R\$ 62 e de R\$ 482. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2017, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

|   | Plano Unificado | Plano III    | Plano Assistencial | 31.12.2017   | 31.12.2016   |
|---|-----------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|
| Obrigações total ou parcialmente cobertas | 3.959           | 3.671        | 1.761              | 9.391        | 6.225        |
| Valor justo dos ativos do plano           | (4.318)         | (3.854)      | (292)              | (8.464)      | (5.566)      |
| <b>Estado de cobertura do plano</b>       | <b>(359)</b>    | <b>(183)</b> | <b>1.469</b>       | <b>927</b>   | <b>659</b>   |
| Ativo não reconhecido                     | 359             | 183          | -                  | 542          | 544          |
|   | -               | -            | <b>1.469</b>       | <b>1.469</b> | <b>1.203</b> |

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais por meio de relatório atuarial, data base 31.12.2017, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 98, correspondente a um acréscimo apurado naquela data base.

### 11.5.4 Movimentação do passivo atuarial

|   | Plano Unificado | Plano III    | Plano assistencial |
|---|-----------------|--------------|--------------------|
| <b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2016</b> | <b>265</b>      | <b>13</b>    | <b>332</b>         |
| Custo de serviço  | -               | 48           | 199                |
| Custo dos juros   | 39              | 2            | 53                 |
| Benefícios pagos  | (140)           | (488)        | (3)                |
| (Ganhos) / perdas atuariais                                       | 1.749           | 3.273        | 883                |
| <b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2016</b> | <b>1.913</b>    | <b>2.848</b> | <b>1.464</b>       |
| Custo de serviço  | -               | 50           | 33                 |
| Custo dos juros   | 218             | 322          | 167                |
| Benefícios pagos  | -               | (142)        | -                  |
| (Ganhos) / perdas atuariais                                       | 1.828           | 593          | 97                 |
| <b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2017</b> | <b>3.959</b>    | <b>3.671</b> | <b>1.761</b>       |



#### 11.5.5 Movimentação do ativo atuarial

|  | Plano Unificado | Plano III    | Plano assistencial |
|--|-----------------|--------------|--------------------|
| <b>Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2016</b> | <b>317</b>      | <b>865</b>   | <b>72</b>          |
| Retorno esperado dos ativos                        | 45              | 126          | 6                  |
| Contribuições e aportes                            | 9               | 48           | -                  |
| Benefícios pagos                                   | (140)           | (488)        | -                  |
| Ganhos / (perdas) atuariais                        | 1.744           | 2.780        | 182                |
| <b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2016</b> | <b>1.975</b>    | <b>3.331</b> | <b>260</b>         |
| Retorno esperado dos ativos                        | 405             | 376          | 41                 |
| Contribuições e aportes                            | -               | 50           | -                  |
| Benefícios pagos                                   | -               | (142)        | -                  |
| Ganhos / (perdas) atuariais                        | 1.938           | 239          | (9)                |
| <b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2017</b> | <b>4.318</b>    | <b>3.854</b> | <b>292</b>         |

#### 11.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2018, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

|  | Plano Unificado | Plano III   | Plano Assistencial | 2018       |
|--|-----------------|-------------|--------------------|------------|
| Custo do serviço corrente              | -               | 172         | 59                 | 231        |
| Custo estimado dos juros               | 393             | 415         | 175                | 983        |
| Rendimento esperado do ativo do plano  | (192)           | (436)       | (28)               | (656)      |
| Contribuições estimadas dos empregados | -               | (172)       | -                  | (172)      |
| <b>Custos (receitas)</b>               | <b>201</b>      | <b>(21)</b> | <b>206</b>         | <b>386</b> |

#### 11.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de aumento ou redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

|  | Cenários projetados |            |
|--|---------------------|------------|
|  | Aumento 1%          | Redução 1% |
| <b>Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo</b>                   |                     |            |
| Impactos nas obrigações do programa previdenciário                     | (329)               | 334        |
| Impactos nas obrigações do programa de saúde                           | (305)               | 310        |
| <b>Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos</b>          |                     |            |
| Impactos nas obrigações do programa de saúde                           | 123                 | (115)      |
| Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde | 4                   | (4)        |
| <b>Sensibilidade ao custo do serviço</b>                               |                     |            |
| Impactos nas obrigações do programa previdenciário                     | -                   | -          |
| Impactos nas obrigações do programa de saúde                           | (10)                | 10         |

### 11.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados a seguir:

|             | Plano Unificado | Plano III | Plano Assistencial | Total  |
|-------------|-----------------|-----------|--------------------|--------|
| 2018        | 196             | 188       | 33                 | 417    |
| 2019        | 222             | 1.075     | 45                 | 1.342  |
| 2020        | 213             | 1.204     | 49                 | 1.466  |
| 2021        | 214             | 1.606     | 55                 | 1.875  |
| 2022        | 205             | 1.606     | 57                 | 1.868  |
| 2023 a 2057 | 2.677           | 28.014    | 1.123              | 31.814 |

### 11.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2017 e a alocação-meta para 2018, por categoria de ativos, são as seguintes:

|                            | Meta para 2018 | 2017          |
|----------------------------|----------------|---------------|
| Renda fixa                 | 87,5%          | 89,3%         |
| Renda variável             | 6,2%           | 6,5%          |
| Empréstimos                | 1,1%           | 1,3%          |
| Imóveis                    | 1,5%           | 1,7%          |
| Investimentos estruturados | 3,7%           | 1,2%          |
|                            | <b>100,0%</b>  | <b>100,0%</b> |

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

|                            | Plano Unificado |            | Plano III |            |
|----------------------------|-----------------|------------|-----------|------------|
|                            | meta (%) (*)    | mínimo (%) | meta (%)  | mínimo (%) |
| Renda fixa                 | 91,5%           | 77,0%      | 81,0%     | 59,0%      |
| Renda variável             | 3,0%            | 1,0%       | 11,0%     | 7,0%       |
| Empréstimos                | 0,5%            | 0,0%       | 2,0%      | 1,0%       |
| Imóveis                    | 2,0%            | 1,0%       | 1,0%      | 0,0%       |
| Investimentos estruturados | 3,0%            | 0,0%       | 5,0%      | 0,0%       |

(\*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

## 12. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2017, a Companhia provisionou R\$ 156 para litígios e apresentou R\$ 86 de passivos contingentes, ambos referentes a ações trabalhistas movidas por seus empregados e ex-empregados.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

## 13. Patrimônio Líquido

### 13.1 Capital social e Adiantamento para futuro aumento de capital

O capital social integralizado em 31.12.2017 monta a R\$ 66.289 (R\$ 234.289 em 31.12.2016) e é composto por 66.288.933 (234.288.933 em 31.12.2016) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

A redução de capital de R\$ 170.000 está diretamente ligada à estratégia da Copel em realizar a gestão de caixa de forma centralizada, sempre observadas as necessidades de cada negócio. A origem dos recursos foi o recebimento de juros sobre capital própria e a redução de capital da coligada Dominó Holdings.

Adicionalmente, ainda em 2017, foram necessários aportes a título de Adiantamento para futuro aumento de capital para fazer frente a gestão de caixa da Companhia, em virtude das condições vinculadas às operações de compra e venda de energia.

### 13.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

|   |              |
|---|--------------|
| <b>Em 1º.01.2016</b>  | <b>8.905</b> |
| <b>Passivos atuariais</b>   |              |
| Benefícios pós-emprego  | (701)        |
| Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos. | (375)        |
| <b>Realização dos ajustes de avaliação patrimonial</b>                  |              |
| Ganhos atuariais  | (8.744)      |
| <b>Em 31.12.2016</b>  | <b>(915)</b> |
| <b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>                        |              |
| Investimentos em participações societárias                              | 14.476       |
| Tributos sobre os ajustes   | (4.922)      |
| <b>Passivos atuariais</b>   |              |
| Benefícios pós-emprego  | (97)         |
| Tributos sobre os ajustes   | 33           |
| Tributos sobre os ajustes de anos anteriores (a)                        | 311          |
| <b>Realização dos ajustes de avaliação patrimonial</b>                  |              |
| Ganhos com investimentos em participações societárias                   | (14.476)     |
| Tributos sobre a realização dos ajustes                                 | 4.922        |
| <b>Em 31.12.2017</b>  | <b>(668)</b> |

(a) Até 31.12.2016 a Companhia não registrava tributos diferidos sobre o passivo de benefício pós emprego, tendo em vista que não havia projeção de recuperabilidade dos mesmos.

### 13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

### 13.4 Proposta de distribuição de dividendos

|  | 31.12.2017   | 31.12.2016   |
|--|--------------|--------------|
| <b>(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%)</b> |              |              |
| Lucro líquido do exercício                                   | 13.041       | 23.731       |
| Reserva legal (5%)   | (652)        | (1.187)      |
| Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios      | 12.389       | 22.544       |
|  | <b>3.717</b> | <b>6.763</b> |
| <b>(2) Dividendos propostos</b>                              | <b>3.717</b> | <b>6.763</b> |

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

## 14. Receita Operacional

|                                  | Receita<br>bruta | PIS/Pasep<br>e Cofins | ICMS           | ISSQN       | Receita líquida<br>31.12.2017 |
|----------------------------------|------------------|-----------------------|----------------|-------------|-------------------------------|
| Fornecimento de energia elétrica | 131.850          | (11.858)              | (4.087)        | -           | 115.905                       |
| Suprimento de energia elétrica   | 603.832          | (55.843)              | -              | -           | 547.989                       |
| Outras receitas operacionais     | 733              | (96)                  | -              | (36)        | 601                           |
|                                  | <b>736.415</b>   | <b>(67.797)</b>       | <b>(4.087)</b> | <b>(36)</b> | <b>664.495</b>                |

|                                  | Receita<br>bruta | PIS/Pasep<br>e Cofins | ICMS     | ISSQN      | Receita líquida<br>31.12.2016 |
|----------------------------------|------------------|-----------------------|----------|------------|-------------------------------|
| Fornecimento de energia elétrica | 5.083            | (470)                 | -        | -          | 4.613                         |
| Suprimento de energia elétrica   | 1.748            | (144)                 | -        | -          | 1.604                         |
| Outras receitas operacionais     | 25               | (3)                   | -        | (1)        | 21                            |
|                                  | <b>6.856</b>     | <b>(617)</b>          | <b>-</b> | <b>(1)</b> | <b>6.238</b>                  |

## 15. Custos e despesas Operacionais

|  | <b>Custos operacionais</b> | <b>Despesas gerais e administrativas</b> | <b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b> | <b>31.12.2017</b> |
|--|----------------------------|--|--|-------------------|
| Energia elétrica comprada para revenda             | (654.026)                  | -  | -  | (654.026)         |
| Pessoal e administradores (15.1)                   | (7.774)                    | (5.219)                                  | -  | (12.993)          |
| Planos previdenciário e assistencial (NE nº 11.3)  | (845)                      | (570)                                    | -  | (1.415)           |
| Material   | -                          | (27)                                     | -  | (27)              |
| Serviços de terceiros (15.2)                       | (43)                       | (1.237)                                  | -  | (1.280)           |
| Depreciação e amortização                          | -                          | (9)                                      | -  | (9)               |
| Provisão para litígios                             | -                          | -  | (156)  | (156)             |
| Resultado da alienação de investimento (NE nº 8.3) | -                          | -  | 14.476   | 14.476            |
| Receita de juros sobre capital próprio             | -                          | -  | 2.363  | 2.363             |
| Outros custos e despesas operacionais, líquidos    | (2)                        | (1.376)                                  | -  | (1.378)           |
|  | <b>(662.690)</b>           | <b>(8.438)</b>                           | <b>16.683</b>  | <b>(654.445)</b>  |

|   | <b>Custos operacionais</b> | <b>Despesas gerais e administrativas</b> | <b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b> | <b>31.12.2016</b> |
|---|----------------------------|--|--|-------------------|
| Energia elétrica comprada para revenda            | (9.119)                    | -  | -  | (9.119)           |
| Pessoal e administradores (15.1)                  | (3.211)                    | (3.541)                                  | -  | (6.752)           |
| Planos previdenciário e assistencial (NE nº 11.3) | (408)                      | (450)                                    | -  | (858)             |
| Material  | -                          | (40)                                     | -  | (40)              |
| Serviços de terceiros (15.2)                      | (24)                       | (1.857)                                  | -  | (1.881)           |
| Depreciação e amortização                         | -                          | (1)                                      | -  | (1)               |
| Outros custos e despesas operacionais, líquidos   | (1)                        | (437)                                    | -  | (438)             |
|   | <b>(12.763)</b>            | <b>(6.326)</b>                           | <b>-</b>   | <b>(19.089)</b>   |

### 15.1 Pessoal e administradores

|  | <b>31.12.2017</b> | <b>31.12.2016</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Pessoal</b>   |                   |                   |
| Remunerações   | 7.239             | 3.538             |
| Encargos sociais   | 2.309             | 1.092             |
| Auxílio alimentação e educação                                       | 600               | 263               |
| Participação nos lucros e/ou resultados (a)                          | 301               | 120               |
| Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias | 569               | -                 |
|  | <b>11.018</b>     | <b>5.013</b>      |
| <b>Administradores</b>   |                   |                   |
| Honorários   | 1.525             | 1.353             |
| Encargos sociais   | 427               | 370               |
| Outros gastos  | 23                | 16                |
|  | <b>1.975</b>      | <b>1.739</b>      |
|  | <b>12.993</b>     | <b>6.752</b>      |

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

## 15.2 Serviços de terceiros

|   | 31.12.2017   | 31.12.2016   |
|---|--------------|--------------|
| Comunicação, processamento e transmissão de dados | 296          | 401          |
| Consultoria e auditoria                           | 251          | 507          |
| Serviços especializados                           | 180          | 7            |
| Passagens e condução                              | 131          | 107          |
| Manutenção de instalações                         | 115          | 385          |
| Publicações legais                                | 67           | 88           |
| Outros serviços                                   | 240          | 386          |
|   | <b>1.280</b> | <b>1.881</b> |

## 16. Resultado Financeiro

|  | 31.12.2017   | 31.12.2016   |
|--|--------------|--------------|
| <b>Receitas financeiras</b>                          |              |              |
| Renda de aplicações financeiras                      | 5.230        | 1.069        |
| Acréscimos moratórios sobre faturas                  | 385          | -            |
| Outras receitas financeiras                          | 900          | 114          |
|  | <b>6.515</b> | <b>1.183</b> |
| <b>(-) Despesas financeiras</b>                      |              |              |
| PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio | 218          | 1.249        |
| Outras despesas financeiras                          | 104          | 3            |
|  | <b>322</b>   | <b>1.252</b> |
| <b>Líquido</b>                                       | <b>6.193</b> | <b>(69)</b>  |

## 17. Instrumentos Financeiros

### 17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

|  | NE<br>nº | Nível | 31.12.2017     |                | 31.12.2016     |                |
|--|----------|-------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  |          |       | Valor contábil | Valor justo    | Valor contábil | Valor justo    |
| <b>Ativos Financeiros</b>                |          |       |                |                |                |                |
| <b>Valor justo por meio do resultado</b> |          |       |                |                |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa (a)        | 4        | 1     | 97.068         | 97.068         | 190.668        | 190.668        |
| <b>Empréstimos e recebíveis</b>          |          |       |                |                |                |                |
| Clientes (a)                             | 6        | 1     | 73.027         | 73.027         | 2.175          | 2.175          |
| <b>Disponíveis para venda</b>            |          |       |                |                |                |                |
| Títulos e valores mobiliários (b)        | 5        | 2     | 1.251          | 1.251          | 1.156          | 1.156          |
| <b>Total dos ativos financeiros</b>      |          |       | <b>171.346</b> | <b>171.346</b> | <b>193.999</b> | <b>193.999</b> |
| <b>Passivos Financeiros</b>              |          |       |                |                |                |                |
| Fornecedores (a)                         | 10       | 1     | 65.664         | 65.664         | 3.120          | 3.120          |
| <b>Total dos passivos financeiros</b>    |          |       | <b>65.664</b>  | <b>65.664</b>  | <b>3.120</b>   | <b>3.120</b>   |

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

**Nível 1:** obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

- a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

## **17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros**

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### **17.2.1 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais bem como a gestão das contas a receber de clientes. Conforme NE nº 6, o prazo de recebimento dos saldos de clientes é, em média, de 10 dias.

### **17.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de Fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2017.

### **17.2.3 Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

#### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2017 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da CDI/Selic de 6,75%, prevista na mediana das expectativas de mercado para 2018 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil - Bacen de 02.02.2018.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

| Risco de taxa de juros e variações monetárias | Risco     | Base       | Cenários projetados - dez.2018 |         |        |
|---|-----------|------------|--------------------------------|---------|--------|
|   |           | 31.12.2017 | Provável                       | Adverso | Remoto |
| <b>Ativos financeiros</b>                     |           |            |                                |         |        |
| Títulos e valores mobiliários                 | Baixa CDI | 1.251      | 84                             | 63      | 42     |

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

## 18. Transações com Partes Relacionadas

| Parte Relacionada / Natureza da operação                   | Ativo      |            | Passivo    |            | Receita    |            | Custo / Despesa |            |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------------|------------|
|  | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017      | 31.12.2016 |
| <b>Controladora - Copel</b>                                |            |            |            |            |            |            |                 |            |
| Dividendos   | -          | -          | 3.717      | 6.763      | -          | -          | -               | -          |
| Compartilhamento de estrutura                              | -          | -          | 657        | 541        | -          | -          | 116             | 541        |
| <b>Entidade sob controle em comum</b>                      |            |            |            |            |            |            |                 |            |
| Compartilhamento de estrutura                              |            |            |            |            |            |            |                 |            |
| Copel Geração e Transmissão S.A.                           | 1          | -          | 125        | -          | -          | -          | 125             | -          |
| Copel Distribuição S.A.                                    | 543        | -          | 315        | -          | -          | -          | 276             | -          |
| Copel Renováveis S.A.                                      | -          | -          | 4          | -          | -          | -          | 4               | -          |
| Compra e venda de energia                                  |            |            |            |            |            |            |                 |            |
| Copel Geração e Transmissão S.A.                           | -          | -          | 257        | -          | 272.878    | -          | 6.327           | -          |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.             | -          | -          | 748        | -          | -          | -          | 8.091           | -          |
| <b>Coligada - Dominó Holdings</b>                          |            |            |            |            |            |            |                 |            |
| Dividendos   | -          | 5.123      | -          | -          | -          | -          | -               | -          |
| <b>Entidade controlada pelo Estado do Paraná - Sanepar</b> |            |            |            |            |            |            |                 |            |
| Dividendos   | 2.008      | -          | -          | -          | -          | -          | -               | -          |
| <b>Pessoal chave da administração</b>                      |            |            |            |            |            |            |                 |            |
| Honorários e encargos sociais (NE nº 15.1)                 | -          | -          | -          | -          | -          | -          | 1.975           | 1.739      |
| Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 11)          | -          | -          | -          | -          | -          | -          | 173             | 151        |

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Companhia no total de R\$ 49.584.



## 19. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Companhia com contratos de compra e transporte de energia totalizam R\$ 955.929, em 31.12.2017.

## 20. Seguros

| <b>Apólice</b>        | <b>Término da vigência</b> | <b>Importância segurada</b> |
|-----------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Seguro D&O (a)        | 28.03.2019                 | 82.700                      |
| Garantia de Pagamento | 31.12.2018                 | 5.928                       |
| Garantia de Pagamento | 31.12.2018                 | 3.483                       |
| Garantia de Pagamento | 30.01.2019                 | 3.176                       |
| Garantia licitante    | 31.03.2018                 | 50                          |

(a) O valor do Seguro D&O foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2017, de R\$ 3,3080.

## 21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 2.000 decorrente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de Adiantamentos para futuro aumento de capital, cujos recebimentos ocorreram em exercícios anteriores.

A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está mencionada na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2017.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Copel Comercialização S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/  
Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL  
DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO  
EXERCÍCIO DE 2017 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO  
LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel COM, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referentes ao exercício social findo em 31.12.2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em relação ao exercício de 2017, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

/s/

GILMAR MENDES LOURENÇO